



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Município de Engenheiro Paulo de Frontin**  
**Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin**

**REQUERIMENTO N.º 120/2025**

**Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin**

Protocolo nº 2364 de 21/08/25

Livro nº 02 Fls. 16117

Ass. Jauldo Gomes

**“Requer informações ao Prefeito Municipal sobre o pagamento realizado à médica Dra. Hellen Loubet Barbosa (CRM 520111294/5RJ), sua motivação, fonte de recursos e critérios de seletividade adotados pelo Executivo nos débitos com profissionais da saúde.”**

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 31, §1º da Constituição Federal, e na Lei Orgânica do Município, vem requerer o envio de ofício ao Senhor Prefeito Municipal, José Emmanoel Rodrigues Artemenko, solicitando, com a maior brevidade possível, as seguintes informações e documentos:

1. Cópia integral da folha de pagamento ou documento comprobatório referente à quitação dos valores atrasados pagos à médica Dra. Hellen Loubet Barbosa, realizada no dia 20 de agosto de 2025;
2. Indicação da fonte de recurso utilizada para efetuar o pagamento da referida profissional, com a devida identificação da rubrica orçamentária e o código correspondente;
3. Esclarecimento acerca do contrato, vínculo jurídico ou instrumento administrativo que fundamentou o pagamento realizado à profissional mencionada;
4. Relação completa e nominal de todos os médicos e demais profissionais de saúde que tiveram valores em atraso quitados nos últimos 90 dias, com indicação das datas, valores pagos, fonte orçamentária e instrumento jurídico que amparou cada pagamento;
5. Relação completa e nominal de todos os profissionais que ainda permanecem com pagamentos em atraso, especificando valores devidos, período de referência e justificativa para a manutenção da inadimplência;
6. Critérios administrativos e financeiros utilizados para definir quais profissionais seriam contemplados com os pagamentos até a presente data e quais permanecem sem receber;
7. Justificativa para a disparidade de tratamento entre os profissionais da saúde, considerando que alguns receberam integralmente enquanto outros permanecem sem qualquer quitação.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 21 de agosto de 2025.

**KAIO JOSÉ BALTHAZAR FERREIRA**  
**Vereador Autor**



---

### JUSTIFICATIVA

O presente requerimento decorre de grave ocorrência verificada no dia 20 de agosto de 2025, envolvendo a médica Dra. Hellen Loubet Barbosa, profissional atuante na Clínica Verde 24 Horas.

Naquela data, por volta do meio-dia, o Hospital Nelson Salles ficou sem médicos de plantão. Diante da situação emergencial, representantes da Prefeitura Municipal entraram em contato com a referida profissional, solicitando que se deslocasse imediatamente até o hospital para assumir o atendimento.

A médica, entretanto, informou que somente atenderia ao chamado caso fossem quitados seus pagamentos em atraso referentes aos meses de junho e julho de 2025. Ato contínuo, a Prefeitura Municipal realizou o pagamento desses meses em seu favor, fato que demonstra clara seletividade e ausência de critérios uniformes para a regularização dos débitos da saúde.

Ocorre que, até a presente data, diversos outros profissionais médicos e da equipe multiprofissional seguem com meses em aberto, sem qualquer previsão ou justificativa oficial, enquanto a administração municipal afirma que depende da aprovação do Projeto de Lei nº 016/2025 para realizar os pagamentos. A narrativa fática, no entanto, comprova que tal argumento não corresponde à realidade, uma vez que a própria Prefeitura vem efetuando pagamentos de forma casuística, conforme sua conveniência e mediante pressões circunstanciais.

Diante disso, impõe-se questionar qual a fonte de recurso utilizada, qual rubrica orçamentária e código específico foram movimentados e qual vínculo jurídico ou contratual amparou tais pagamentos, de modo a assegurar a transparência, a legalidade e a fiscalização dos atos administrativos.

Cumprе ressaltar que a seletividade no pagamento afronta o princípio da isonomia, compromete a credibilidade da gestão pública e evidencia problemas de falta de planejamento, desorganização administrativa e possível uso político da máquina pública.

Por estas razões, torna-se imprescindível a atuação fiscalizatória desta Casa Legislativa, motivo pelo qual se apresenta o presente requerimento.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 21 de agosto de 2025.

**KAIO JOSÉ BALTHAZAR FERREIRA**  
Vereador Autor